

SUMÁRIO

Esta edição possui 5 seções, 135 publicações, 17 páginas.

SUMÁRIO	1	Despachos do Conselheiro Substituto - Auditor Antonio Carlos dos Santos	12	Sentença do Conselheiro Substituto - Auditor Antonio Carlos dos Santos	15	Certidões de Trânsito em Julgado do Conselheiro Dimas Ramalho	16
COMUNICADOS	1	Despachos do Conselheiro Substituto - Auditor Josué Romero	13	Sentença da Conselheira Substituta - Auditora Silvia Monteiro	15	Certidões de Trânsito em Julgado do Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira	16
DESPACHOS	1	Despachos da Conselheira Substituta - Auditora Silvia Monteiro	13	Sentença do Conselheiro Substituto - Auditor Márcio Martins de Camargo	15	ATOS ADMINISTRATIVOS	16
	1	Despachos do Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira	3	CERTIDÕES DE TRÂNSITO EM JULGADO	16	Atos do Departamento Geral de Administração	16
	4	Despachos do Conselheiro Wagner de Campos Rosário	6	Certidões de Trânsito em Julgado do Conselheiro Renato Martins Costa	16	Licitações	17
		SENTENÇAS	15			Matérias Administrativas	17

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG nº 02/2026

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos órgãos jurisdicionados da área estadual, referenciados no artigo 123, combinado com o artigo 124 das Instruções nº 01/2024, que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP, o valor atualizado de remessa a esta Corte

dos atos relativos a convênios e instrumentos jurídicos asse-
melhados, inclusive aditamentos, celebrados com órgãos pú-
blicos, vigente para o exercício de 2026, é igual ou superior a
R\$ 21.730.769,23.
SDG, em 13 janeiro de 2026.

DESPACHOS

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO: 00000073.989.26-1
REPRESENTANTE: MARCELLE DANTAS OKAZAKI (CPF ***.487.327.***)
ADVOGADO: MARCELLE DANTAS OKAZAKI (OAB/AL 20.670)
REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)
ASSUNTO: Representação formulada contra o edital da Concorrência Pública Presencial nº 001/2025 - Processo Administrativo nº 13.909/2025, que objetiva a Concessão Administrativa para implantação, manutenção e operação de Sistemas de Cidade Inteligente no município - "SMART RIO PRETO"
DE SISTEMAS DE CIDADE INTELIGENTE NO MUNICÍPIO - " SMART RIO PRETO"
EXERCÍCIO: 2026
INSTRUÇÃO POR: UR-08

Expediente: TC 000073.989.26-1.
Representante: Marcelle Dantas Okazaki.
Representada: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.
Responsáveis: Fabio Ferreira Dias Marcondes – Vice Prefeito e Secretário Municipal de Obras; Fabio Rogério Cândido - Prefeito.

Assunto: Representação com pedido me medida cautelar em face do edital da Concorrência Presencial nº 001/2025, processo administrativo nº 13.909/2025, promovida pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, do tipo menor preço, na modalidade de Concessão Administrativa, objetivando a implantação, manutenção e operação de sistemas de Cidade Inteligente no Município – "Smart Rio Preto".

Valor estimado: R\$ 1.756.669.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais) - somatório das contraprestações estimadas para o prazo contratual; R\$ 463.985.926,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e novecentos e vinte e seis reais) - valor estimado dos investimentos.

Sessão pública de disputa de preços: 12/01/2025 às 09h00min.

Advogados(as) habilitados(as) no e-tcesp: Marcelle Dantas Okazaki (OAB/AL 20.670); Luis Roberto Thiesi (OAB/SP 146.769).

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação com pedido me medida cautelar de **MARCELLE DANTAS OKAZAKI** em face do edital da Concorrência Presencial nº 001/2025, processo administrativo nº 13.909/2025, promovida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, do tipo menor preço, na modalidade de Concessão Administrativa, objetivando a implantação, manutenção e operação de sistemas de Cidade Inteligente no Município – "Smart Rio Preto".
A sessão pública de abertura das propostas está marcada para o dia 12/01/2026.

1.2. A Representante questiona os seguintes aspectos do ato convocatório publicado em 25/11/2025:

- 1.2.1. Desarrazoada necessidade de comprovação de experiência na fornecimento de controladores semafóricos com número de fases específico. O Edital exige que seja demonstrado o fornecimento de, no mínimo: (i) 35 (trinta e cinco) controladores semafóricos de 8 (oito) fases; e (ii) 50 (cinquenta) controladores semafóricos de 4 (quatro) fases;
- 1.2.2. Incompatibilidade da exigência de Prova de Conceito como última etapa classificatória do certame de concessões/ PPPs para demonstrar a solução proposta e o conhecimento prático, sobretudo do sistema de videomonitoramento e da rede semafórica;
- 1.2.3. Restritividade da exigência de apresentação de solução em nuvem com acesso via web;
- 1.2.4. A partir da previsão de que serão instaladas 2.000 câmeras fixas, a Representante aponta a extrapolção do limite do §2º do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 quanto à exigência de Comprovação que a plataforma *Web* da licitante possui câmeras IP, com sistema de videomonitoramento em nuvem, em quantidades não inferiores a 1.500 (um mil e quinhentas). Assegura que o edital exige atestado de capacidade técnica correspondente a 75% do objeto licitado.

- 1.2.5. Ausência de clareza e à existência de divergências entre os conceitos apresentados no instrumento convocatório:
 - 1.2.5.1. Falta de detalhamento técnico quanto à infraestrutura de comunicação; ausência de *especificações técnicas mínimas* relativas à rede de dados necessária à operacionalização da solução pretendida;
 - 1.2.5.2. Inadequação da exigência de *certificação ISO 27001 para todas as câmeras*;
 - 1.2.5.3. Incorreção na imposição apenas à contratada, para fins de auditoria da solução, de respeitar Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), bem como, para apresentar toda a documentação referente aos componentes que a compõe (equipamentos, softwares, personalizações etc.);
 - 1.2.5.4. Falta de definição de requisitos mínimos objetivos de segurança da infraestrutura;
 - 1.2.5.5. Ausência de especificação sobre a forma de captura das imagens e modelo de armazenamento;
 - 1.2.5.6. Exigência de que as Câmeras de Leitura de Placas de automóveis a serem implementadas na solução deverão, além de contabilizar a quantidade de veículos, identificar eventuais veículos imobilizados/quebrados nas vias.
 - 1.2.5.7. Falta de clareza quanto à visualização das câmeras durante os 30% iniciais da solução;
 - 1.2.5.8. Ausência de mapa consolidado e relação definitiva dos endereços onde as câmeras deverão ser efetivamente implantadas;
 - 1.2.5.9. Indefinição sobre os potenciais imóveis que poderão ser instalados o Centro de Controle Operacional (CCO) e de requisitos mínimos para operação;
- 1.3.** Requer a concessão da medida cautelar de suspensão do certame e postula, no mérito, o acolhimento das impugnações com a determinação de retificação do ato convocatório. **É o relatório .**

2. DECIDIO

2.1. Trata-se de insurgências apresentadas no exercício da faculdade prevista no §4º do artigo 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhadas de requerimento de suspensão cautelar do procedimento licitatório nos termos do artigo 171, §1º da Lei 14.133/21, em petição que atende aos requisitos formais dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do §2º do artigo 219-A do Regimento Interno.
2.2. Preliminarmente, não identifiquei na petição inicial ou nos documentos que a acompanham notícia ou qualquer demonstração de que a Autora tenha apresentado pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital perante a Municipalidade Representada, no exercício da faculdade do artigo 164 da Lei nº 14/133/21.

Vale destacar que o ato convocatório foi divulgado em **25 de novembro de 2025**.

Este Egrégio Tribunal não exige a demonstração de esgotamento das vias administrativas como condição para o recebimento de representações apresentadas na forma do §4º do artigo 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, pois não há na Lei nº 14.133/21 nenhum dispositivo que objetiva e expressamente condicione a intervenção do Tribunal de Contas ao exercício prévio da faculdade de impugnar os termos do edital perante o ente promotor da licitação, na forma do artigo 164 do mesmo diploma legal.

No entanto, o aparente desinteresse da Representante em **impugnar o edital de licitação ou solicitar esclarecimentos** sobre os seus termos na forma do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/21, associado à protocolização de representação nesta Corte **na data da sessão pública de abertura das propostas** fragiliza a demonstração de boa-fé em favor do interesse público em perspectiva, notadamente porque o ato convocatório facilita tal expediente disponibilizando meios eletrônicos para tanto, conforme se vê nas cláusulas "7.1" e "8.1":

7. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

7.1. É facultado a qualquer cidadão ou pessoa jurídica interessada solicitar esclarecimentos complementares acerca do Edital. A solicitação deverá ser apresentada ao Município, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, em conformidade com o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, em uma das seguintes formas: (i) Correspondência formal impressa, a ser protocolada em dias úteis e em horário comercial na Diretoria de Contratações Públicas (Av. Alberto Andaló nº 3030, 2º andar, Centro, São José do Rio Preto/SP);

(ii) Mensagem eletrônica, a ser encaminhada ao seguinte endereço de correio eletrônico: smadm.compras@riopreto.sp.gov.br Neste caso, os questionamentos deverão ser apresentados em arquivo anexo, encaminhado em formato PDF.

8. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo a impugnação ser protocolada em dias úteis e em horário comercial na Diretoria de Contratações Públicas

(Av. Alberto Andaló nº 3030, Centro, São José do Rio Preto/SP), podendo ser encaminhada por via eletrônica ao endereço eletrônico: smadm.compras@riopreto.sp.gov.br .

Saliente que a representação traz uma série de dúvidas e incompreensões que são demandas próprias de pedidos de esclarecimentos. Porém, a Representante não demonstra haver realizado a diligência mínima de transmitir um email para tempestivamente submeter seus questionamentos à apreciação da Municipalidade Representada.

2.3. Neste momento, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisições com envergadura suficiente para justificar a suspensão cautelar do procedimento licitatório, à luz dos critérios de **oportunidade, materialidade, relevância e risco**, de obrigatória observância por este órgão de controle, na forma do artigo 170, caput, da Lei 14.133/21 e dos artigos 20 e 22 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

2.4. Ao examinar com maior profundidade a única insurgência que, em tese, teria envergadura para justificar a imediata concessão da medida cautelar requerida, observei que é incorreta a construção argumentativa da Representante, que parte da premissa de que serão instaladas 2.000 câmeras fixas para afirmar que houve extrapolção do limite do §2º do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 na cláusula que exige de Comprovação que a plataforma *Web* da licitante possui câmeras IP, com sistema de videomonitoramento em nuvem, em quantidades não inferiores a 1.500 (um mil e quinhentas).
A Autora lança mão de um trecho do **ANEXO II.2 – CADERNO DE ENCARGOS – SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO**, notadamente o item 19.4, para construir temerário raciocínio de que o edital estaria exigindo "atestado de capacidade técnica correspondente a 75% do objeto licitado"
Ocorre que o edital prevê, além da instalação de 2.000 câmeras fixas, mais 500 câmeras PTZ e outras 500 câmeras LPR/OCR, **totalizando 3.000 câmeras**, condição que permite reconhecer que o item 13.11.2.1 do edital se conforma ao limite do §2º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/21.
Diante do teor da insurgência apreciada neste tópico, pertinente **ALERTAR** com intuito meramente pedagógico que, de acordo com o artigo 77, incisos I e II do Código de Processo Civil, que se aplica supletiva e subsidiariamente aos processos administrativos, consoante o artigo 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, entre outros, expor os fatos em juízo conforme a verdade e não formular pretensão quando cientes de que são destituídas de fundamento.

O descumprimento destes deveres pode, em tese, configurar litigância de má-fé, nos termos previstos no artigo 80, inciso II do Código de Processo Civil.

2.5. Em uma primeira análise das demais objeções da representação, não identifiquei excessos ou ilegalidades na exigência de comprovação de experiência no fornecimento de controladores semafóricos com número de fases definidos no edital, na realização de Prova de Conceito (previsão do artigo 17, §3º da Lei nº 14.133/21) e na requisição discricionária de solução em nuvem com acesso via web.
As outras questões enumeradas no tópico 1.2.5 do relatório evidenciam pouca materialidade ou possibilidade de serem dirimidas pela via do pedido de esclarecimentos à própria Administração.

2.6. Todavia, diante da materialidade do objeto da licitação, considero razoável dar ciência prévia à Administração Representada dos pontos impugnados na representação e **oportunizar o exercício do contraditório prévio e/ou da autotutela administrativa**, através das linhas de defesa definidas nos incisos I e II do artigo 169 da Lei nº 14.133/21 no âmbito do controle das contratações.

Destaco, neste contexto, os princípios da eficiência, do interesse público e da eficácia, previstos no artigo 5º e Parágrafo único do artigo 11 da Lei 14.133/2021; e a competência atribuída ao órgão de assessoramento jurídico da Administração em promover o **controle prévio de legalidade**, na forma do artigo 53 do mesmo diploma legal, além do dever de adoção de **práticas contínuas e permanentes de controle preventivo**, imposição do artigo 169 da lei de licitações para **RECOMENDAR** à Representada que avalie criteriosamente, a partir dos apontamentos da representação, se estão presentes cláusulas e requisições que configurem desatenção aos preceitos do artigo 9º, inciso I, alíneas "a" e "c"; artigo 11, incisos I e II, todos da Lei de Licitações e Contratos.

ALERTO que é da responsabilidade dos integrantes das linhas de defesa do controle de contratações, quando constatarem impropriedades formais ou irregularidades que configurem dano à Administração, a **célere** adoção, entre outras providências, de **medidas para o seu saneamento e a mitigação de riscos de sua nova ocorrência**, nos termos

do artigo 169, §3º da Lei nº 14.133/21, **além de aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas**, à vista do comando do artigo 30 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Neste panorama, na hipótese de a Administração reconhecer, de plano, a pertinência de, ao menos parte das insurgências da representação, o acionamento das instâncias internas e administrativas de controle de contratações posicionadas nas duas primeiras linhas de defesa definidas nos incisos I e II do artigo 169 da Lei nº 14.133/21 tende a proporcionar o **saneamento mais célere das eventuais deformidades do ato convocatório e minimizar os impactos que poderão advir de uma eventual suspensão cautelar do procedimento licitatório na forma do artigo 171, §1º da Lei nº 14.133/21**.

2.7. Ante o exposto, **NOTIFICO os Senhores(as) Fabio Ferreira Dias Marcondes – Vice-prefeito e Secretário Municipal de Obras; e Fabio Rogério Cândido - Prefeito**, fixando o **prazo máximo de 02 (dois) dias** para que apresentem as justificativas e esclarecimentos pertinentes em relação às insurgências da representação e/ou eventuais providências de saneamento adotadas ou que pretendem tomar em relação aos apontamentos em questão, acompanhados da documentação pertinente.

2.8. Transcorrido o prazo concedido para o oferecimento de documentos e informações, **retornem os autos conclusos**.

Publique-se.

PROCESSO: 00000082.989.26-0
REPRESENTANTE: ISADORA BESSA RUEDA (CPF ***.790.198-**)
REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA (CNPJ 45.189.305/0001-21)
ASSUNTO: Representação formulada contra o edital do Chamamento Público 02/2025, lançado para firmar "parceria com a Prefeitura Municipal de Caçapava, para a manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipal e a concessão administrativa para uso de Imóveis Municipais identificados".
EXERCÍCIO: 2026
INSTRUÇÃO POR: UR-07

Expediente: TC 000082.989.26-0.
Representante: Isadora Bessa Rueda.
Representada: Prefeitura Municipal de Caçapava.
Responsáveis: Sidnei Sanita (**Secretário Municipal de Educação**).

Assunto: Representação com pedido de medida cautelar em face do Edital do Chamamento Público 02/2025, lançado para firmar "parceria com a Prefeitura Municipal de Caçapava, para a manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipal e a concessão administrativa para uso de Imóveis Municipais identificados".

Valor estimado: R\$ 7.523.093,12 (sete milhões, quinhentos e vinte três mil, noventa e três reais e doze centavos)[1].

Prazo Inscrição: "de 15 de janeiro de 2026, das 08h00min às 17h00min"[2].

Advogados(as) habilitados(as) no e-tcesp: Nenhum advogado cadastrado.

(GCDER-62)

Vistos.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de representação de **ISADORA BESSA RUEDA** em face do Edital do Chamamento Público 02/2025, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA** objetivando a manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipal e a concessão administrativa para uso de Imóveis Municipais identificados".

O edital fixou uma única data para inscrição e apresentação de documentos, "de 15 de janeiro de 2026, das 08h00min às 17h00min".

1.2. A Representante apresenta as seguintes insurgências contra o ato convocatório/procedimento de contratação:

- 1.2.1.** Vícios na fundamentação legal e redação do Edital, caracterizados pela menção a Decretos Municipais com numeração em branco (asteriscos), citação de legislação estranha ao município (Decreto nº 23.280/24 de Mogi das Cruzes) e utilização indevida de Decreto Federal (nº 8.726/16) inaplicável à esfera municipal, prejudicando a clareza e a legalidade do certame;
- 1.2.2.** Incongruência na definição do quantitativo de atendimento, havendo divergência entre o Item 1 do Edital (35 cri-